

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026

(Do Sr. ZUCCO)

Requer a realização de reunião de audiência pública para debater os impactos do embargo imposto pela União Europeia a produtos brasileiros de origem animal, bem como as medidas adotadas pelo Governo Federal para garantir a rastreabilidade e a conformidade sanitária exigidas pelo bloco europeu.

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública para debater os impactos do embargo imposto pela União Europeia a produtos brasileiros de origem animal, bem como as medidas adotadas pelo Governo Federal para garantir a rastreabilidade e a conformidade sanitária exigidas pelo bloco europeu.

Para tanto, sugere-se o convite das seguintes autoridades e representantes:

- Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária;
- Representante do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC;
- Representante da Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA;
- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
- Representante da Frente Parlamentar da Agropecuária – FPA;
- Especialista em rastreabilidade e defesa agropecuária;



- Representantes do setor de produtores rurais e cooperativas exportadoras.

JUSTIFICAÇÃO

A recente decisão da União Europeia de suspender importações de determinados produtos brasileiros de origem animal representa um grave sinal de alerta para o agronegócio nacional e demanda imediata atenção do Parlamento brasileiro, especialmente desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, diante dos potenciais impactos econômicos, produtivos, sanitários e diplomáticos decorrentes da medida.

Conforme amplamente divulgado, a suspensão decorreu da alegação de que o Governo brasileiro não apresentou, dentro do prazo estabelecido pelas autoridades europeias, informações documentais e garantias adicionais de rastreabilidade exigidas para comprovar o cumprimento das normas internacionais relacionadas ao controle sanitário da cadeia produtiva animal, especialmente no que se refere à utilização de substâncias críticas e ao controle do uso de antimicrobianos nas criações.

A situação causa profunda preocupação porque o Brasil ocupa posição de protagonismo mundial na produção e exportação de proteína animal, sendo referência internacional em diversos segmentos do agronegócio. O setor possui papel absolutamente estratégico para a economia nacional, respondendo por parcela significativa do Produto Interno Bruto, da geração de empregos, da arrecadação tributária e do saldo positivo da balança comercial brasileira.

A União Europeia, por sua vez, constitui um dos mercados mais relevantes e exigentes do mundo no tocante às normas sanitárias, ambientais e de rastreabilidade, motivo pelo qual qualquer restrição imposta ao Brasil possui potencial de gerar repercussões muito além do aspecto comercial imediato. Medidas dessa natureza impactam diretamente produtores rurais,



cooperativas, frigoríficos, transportadores, empresas exportadoras e milhares de trabalhadores que dependem da cadeia agropecuária nacional.

Além dos prejuízos econômicos já observados, o episódio provoca insegurança jurídica e comercial, fragiliza a credibilidade internacional do País e abre espaço para novos questionamentos externos acerca da capacidade brasileira de atender às exigências sanitárias impostas pelos mercados consumidores internacionais. Trata-se de tema sensível, sobretudo em um cenário global marcado pelo aumento das barreiras técnicas e sanitárias frequentemente utilizadas como instrumentos de proteção comercial.

Nesse contexto, torna-se imprescindível que esta Comissão promova amplo debate institucional sobre os fatos que culminaram no embargo europeu, especialmente para esclarecer:

- quais informações deixaram de ser apresentadas pelo Governo brasileiro;
- quais providências foram ou estão sendo adotadas para restabelecer a normalidade das exportações;
- quais os impactos econômicos efetivos já identificados para o setor produtivo nacional;
- quais mecanismos de rastreabilidade e controle sanitário atualmente existentes no Brasil; entre outras informações.

A realização da presente Audiência Pública também se mostra fundamental para que o Parlamento exerça plenamente sua função constitucional de fiscalização dos atos do Poder Executivo, permitindo que representantes do Governo Federal prestem os devidos esclarecimentos acerca da condução das tratativas internacionais e da atuação dos órgãos responsáveis pela defesa agropecuária e pelo controle sanitário nacional.

Ao mesmo tempo, a iniciativa representa importante sinal político de apoio institucional ao setor produtivo brasileiro, demonstrando que esta Casa Legislativa está atenta às dificuldades enfrentadas pelos produtores nacionais e comprometida com a defesa da competitividade do agro brasileiro perante o mercado internacional.



Importante ressaltar que o debate não deve se limitar à análise do episódio específico envolvendo a União Europeia, mas também servir como oportunidade para discutir o fortalecimento dos sistemas nacionais de rastreabilidade, vigilância sanitária, defesa agropecuária e certificação internacional, temas cada vez mais centrais nas relações comerciais globais e essenciais para assegurar segurança jurídica, previsibilidade e abertura de mercados aos produtos brasileiros.

Diante da relevância econômica, estratégica e institucional da matéria, faz-se necessária a realização da presente Audiência Pública, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres Parlamentares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2026

Deputado ZUCCO (PL-RS)

